

CORRELAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ESG) E O ECOTURISMO NA GESTÃO DE PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

CORRELATION BETWEEN ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE (ESG) PRACTICES AND ECO-TOURISM IN THE MANAGEMENT OF BRAZILIAN NATIONAL PARKS

CORRELACIÓN ENTRE LAS PRÁCTICAS AMBIENTALES, SOCIALES Y DE GOBERNANZA (ESG) Y EL ECOTURISMO EN LA GESTIÓN DE LOS PARQUES NACIONALES BRASILEÑOS

Angelice Raquel Motter Manizno¹ (angelice.motter@gmail.com) 
Sara Joana Gadotti dos Anjos¹ (anjos.sara@hotmail.com) 

¹Universidade Vale do Itajaí

RESUMO

Objetivo – Analisar as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) correlacionadas ao ecoturismo na gestão dos Parques Nacionais (PARNA) brasileiros, sob a perspectiva de seus gestores.

Desenho/metodologia/abordagem – A pesquisa adotou abordagem quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando um questionário estruturado (survey) com questões em escala tipo Likert de cinco pontos. O instrumento foi enviado aos 75 gestores dos PARNA brasileiros, obtendo-se 23 respostas válidas. Os dados foram analisados no *software* MAXQDA por meio da correlação de Spearman entre os critérios de ecoturismo e os eixos ambiental, social e de governança do ESG.

Resultados – Os resultados evidenciaram associações positivas entre as práticas de ecoturismo e os três eixos do ESG, com destaque para correlações muito significativas e altamente significativas relacionadas ao eixo ambiental. As análises indicam que práticas de conservação, educação ambiental, governança e participação social podem atuar de forma integrada no fortalecimento do uso público e da gestão dos Parques Nacionais.

Implicações práticas – O instrumento desenvolvido apresenta potencial para apoiar o ICMBio na estruturação de uma ferramenta de diagnóstico das práticas ESG nos Parques Nacionais, subsidiando o planejamento, o monitoramento da gestão e a definição de prioridades para o aperfeiçoamento do uso público.

Originalidade/valor – O estudo amplia a discussão sobre a aplicação da abordagem ESG em áreas naturais protegidas, um tema ainda pouco explorado na literatura, propondo um instrumento de avaliação aplicável à gestão de Parques Nacionais brasileiros.

Limitações da pesquisa – Os resultados refletem exclusivamente a percepção dos gestores participantes e devem ser interpretados considerando a taxa de retorno obtida. Recomenda-se que pesquisas futuras adotem estratégias de triangulação de dados, incorporando a percepção de outros atores envolvidos na gestão e no uso público.

Palavras-chave: Brasil; Sustentabilidade; Uso Público; Unidades de Conservação; Áreas Naturais Protegidas.

Informações Editoriais:
Double Blind Review

Submissão: 13/03/2026

Avaliação: 02/06/2026

Aceite: 08/09/2026

Editor:
Luiz Carlos da Silva Flores

Editor de sessão:
Ana Paula Lisboa Sohn

Disponibilidade dos dados:
Os dados podem ser solicitados aos autores.

ABSTRACT

Purpose – To analyze environmental, social, and governance (ESG) practices associated with ecotourism in the management of Brazilian National Parks (PARNA), from the perspective of their managers.

Design/methodology/approach – The research adopted a quantitative approach of an exploratory and descriptive nature, using a structured questionnaire (survey) with five-point Likert scale questions. The instrument was sent to the 75 managers of Brazilian National Parks, resulting in 23 valid responses. Data were analyzed using MAXQDA software through Spearman correlation between ecotourism criteria and the environmental, social, and governance axes of ESG.

Findings – The results revealed positive associations between ecotourism practices and the three ESG axes, highlighting very significant and highly significant correlations related to the environmental axis. The analyses indicate that practices involving conservation, environmental education, governance, and social participation can operate in an integrated manner to strengthen public use and the management of National Parks.

Practical implications – The developed instrument has the potential to support ICMBio in structuring a diagnostic tool for ESG practices in National Parks, informing planning, management monitoring, and priority setting for improving public use.

Originality/value – The study expands the discussion on the application of the ESG approach in protected natural areas – a topic still little explored in the literature – by proposing an assessment instrument applicable to the management of Brazilian National Parks.

Research limitations – The results reflect exclusively the perceptions of the participating managers and should be interpreted in light of the response rate obtained. Future research is recommended to adopt data-triangulation strategies, incorporating the perspectives of other stakeholders involved in management and public use.

Keywords: Brazil; Sustainability; Public Use; Conservation Units; Protected Natural Areas.

RESUMEN

Objetivo – Analizar las prácticas ambientales, sociales y de gobernanza (ESG) correlacionadas con el ecoturismo en la gestión de los Parques Nacionales (PARNA) brasileños, desde la perspectiva de sus gestores.

Diseño/metodología/enfoque – La investigación adoptó un enfoque cuantitativo, de carácter exploratorio y descriptivo, utilizando un cuestionario estructurado (survey) con preguntas en una escala tipo Likert de cinco puntos. El instrumento se envió a 75 gestores de los PARNA brasileños, y se obtuvieron 23 respuestas válidas. Los datos se analizaron mediante el software MAXQDA aplicando la correlación de Spearman entre los criterios de ecoturismo y los ejes ambiental, social y de gobernanza del ESG.

Resultados – Los resultados evidenciaron asociaciones positivas entre las prácticas de ecoturismo y los tres ejes del ESG, con especial destaque de las correlaciones muy significativas y altamente significativas relacionadas con el eje ambiental. Los análisis indican que las prácticas de conservación, educación ambiental, gobernanza y participación social pueden actuar de forma integrada para fortalecer el uso público y la gestión de los Parques Nacionales.

Implicaciones prácticas – El instrumento desarrollado tiene potencial para apoyar al Instituto Chico Mendes para la Conservación de la Biodiversidad (ICMBio) en la estructuración de una herramienta de diagnóstico de las prácticas ESG en Parques Nacionales, proporcionando elementos para la planificación, el seguimiento de la gestión y la definición de prioridades para la mejora del uso público.

Originalidad/valor – El estudio amplía el debate sobre la aplicación del enfoque ESG en áreas naturales protegidas, un tema todavía poco explorado en la literatura, y propone un instrumento de evaluación aplicable a la gestión de los Parques Nacionales brasileños.

Limitaciones de la investigación – Los resultados reflejan exclusivamente la percepción de los gestores participantes y deben interpretarse teniendo en cuenta la tasa de respuesta obtenida. Se recomienda que futuras investigaciones adopten estrategias de triangulación de datos, incorporando la percepción de otros actores implicados en la gestión y el uso público.

Palabras clave: Brasil; sostenibilidad; uso público; unidades de conservación; áreas naturales protegidas.

INTRODUÇÃO

O ESG é uma sigla em inglês que corresponde às palavras *Environmental, Social and Governance* – em português, Ambiental, Social e Governança. O termo consolidou-se como um conjunto de critérios destinados a avaliar o desempenho sustentável de organizações, governos e empresas (ABNT, 2024; Albitar et al., 2024; Shalhoob & Hussainey, 2022; United Nations [ONU], 2004; World Economic Forum, 2020). O conceito de desenvolvimento sustentável emergiu no contexto das discussões internacionais, especialmente a partir da segunda metade do século XX, em resposta aos impactos socioambientais dos modelos de produção industrial e tecnológico (Boff, 2015; Oliveira et al., 2012).

Nesse contexto, o ESG, oficialmente apresentado em 2004 no relatório *Who Cares Wins*, iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas, propõe a integração ambiental, social e de governança nos processos de gestão e tomada de decisão organizacional (ONU, 2004). No cenário internacional, esses critérios vêm sendo incorporados tanto no setor privado quanto na agenda pública, sendo considerados instrumentos relevantes para apoiar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Hassan & Meyer, 2022; Koh, 2024; Plastun et al., 2023).

Embora frequentemente utilizados como sinônimos, os termos *sustentabilidade* e *ESG* possuem distinções conceituais relevantes. A sustentabilidade constitui-se como um objetivo de longo prazo a ser alcançado por meio de práticas de desenvolvimento sustentável; enquanto o ESG, representa o conjunto de critérios que orientam a tomada de decisão organizacional rumo a esse objetivo (sustentabilidade) (ABNT, 2024).

No campo do turismo, as pesquisas sobre ESG ainda são incipientes e concentram-se majoritariamente em negócios com infraestrutura física, como hotéis, cassinos, restaurantes e agências de viagens (Manzino et al., 2024). Quando abordam sobre gestão, tendem a enfatizar dimensões econômicas e de competitividade de mercado. Conforme destacam Hassan & Meyer (2022), há lacunas de investigação sobre a aplicação dos critérios ESG em áreas protegidas, uma vez que há atividades de visitação nesses espaços. Ele ainda menciona que, havendo indicadores de sustentabilidade, podem subsidiar processos de concessão e melhorias de uso nessas áreas.

As áreas naturais protegidas desempenham papel essencial na conservação da biodiversidade, na manutenção de ecossistemas estratégicos e no bem-estar das populações humanas (Bensusan, 2006; Maretti et al., 2012; Rodríguez-López, Diéguez-Castrillón & Gueimonde-Canto, 2019). No Brasil, essas áreas são institucionalizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000, que estabelece diretrizes para criação e gestão das Unidades de Conservação (UCs) (Brasil, 2000). Entre suas categorias, os Parques Nacionais (PARNA) destacam-se por conciliar a conservação de ecossistemas naturais com o uso público voltado à educação ambiental, recreação e ecoturismo (Bensusan, 2006; Brasil, 2000).

Apesar da existência de instrumentos de gestão como planos de manejo, conselhos gestores e o Sistema de Avaliação e Monitoramento da Gestão das Unidades de Conservação (SAMGe), persistem desafios relacionados à avaliação integrada das práticas de sustentabilidade nesses territórios. Nesse contexto, a adoção de critérios ESG pode contribuir para ampliar as capacidades de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão nas unidades de conservação.

Dessa forma, os critérios ESG podem contribuir significativamente para ampliar a capacidade de planejamento, monitoramento e avaliação da sustentabilidade nas UCs. Sua aplicação no contexto dos PARNA permite refletir sobre práticas institucionais que transcendem a conservação ambiental, abrangendo também dimensões sociais e de governança. Considerando que o uso público é parte intrínseca da vocação dos PARNA, torna-se fundamental adotar indicadores que auxiliem na mensuração do desempenho da gestão e de seus impactos na conservação da biodiversidade e na sociedade.

Experiências internacionais indicam que países como Estados Unidos e Austrália já incorporam princípios ESG no planejamento estratégico de áreas protegidas (Discovery Parks, 2023; National Park Service, 2024). Entretanto, estudos que investiguem essa abordagem no contexto das áreas protegidas ainda são incipientes (Hassan & Meyer, 2022; Manzino et al., 2024).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) correlacionadas ao ecoturismo na gestão de Parques Nacionais brasileiros, sob a perspectiva de seus gestores. Especificamente, busca-se: (i) identificar o estado da arte sobre a relação entre as práticas ESG e o ecoturismo em áreas protegidas; (ii) caracterizar a percepção dos gestores sobre as práticas ambientais, sociais e de governança adotadas na gestão dos Parques Nacionais brasileiros; e (iii) analisar as correlações entre as práticas ESG e os critérios de ecoturismo, discutindo suas implicações para a gestão do uso público nos Parques Nacionais brasileiros. A investigação parte da seguinte questão orientadora: como as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) se correlacionam ao ecoturismo na gestão dos Parques Nacionais brasileiros?

Espera-se que os resultados contribuam para o avanço do debate sobre sustentabilidade na gestão de áreas protegidas, oferecendo subsídios para o aprimoramento de políticas públicas, programas de capacitação e estratégias de planejamento voltadas ao uso público e ao ecoturismo em unidades de conservação.

Além disso, busca-se promover maior integração entre conservação ambiental, desenvolvimento regional e inclusão social, qualificando o ecoturismo como uma estratégia estruturante e sustentável no âmbito das UC federais. A seguir, apresenta-se a metodologia adotada, os resultados e discussões, seguidos das considerações finais e referências.

REVISÃO TEÓRICA

O ESG é um acrônimo em inglês para Environmental, Social and Governance, traduzido como Ambiental, Social e Governança. O termo refere-se a um conjunto de critérios utilizados para avaliar o desempenho sustentável de organizações, empresas e governos, considerando práticas relacionadas à responsabilidade ambiental, social e à qualidade da governança

institucional (ABNT, 2024; Albitar et al., 2024; Shalhoob & Hussainey, 2022; ONU, 2004; World Economic Forum, 2020). Esses critérios emergem no contexto dos debates sobre desenvolvimento sustentável, especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando os impactos socioambientais decorrentes dos modelos de produção industrial passaram a ser amplamente questionados (Boff, 2015; Oliveira et al., 2012).

A consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável ocorreu a partir da Conferência das Nações Unidas, realizada em Estocolmo em 1972, sendo posteriormente definida como a capacidade de “atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades” (ONU, 1987, p. 54). Nesse contexto, o ESG surge como um instrumento capaz de operacionalizar e mensurar práticas voltadas à sustentabilidade em diferentes setores institucionais.

O conceito foi formalmente apresentado em 2004 por meio do relatório *Who Cares Wins*, elaborado pelo Pacto Global das Nações Unidas, que recomendava a incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança na gestão de ativos, serviços financeiros e processos de tomada de decisão organizacional (ONU, 2004). Desde então, o ESG passou a ser amplamente utilizado como referência para avaliar o desempenho sustentável de organizações públicas e privadas (Albitar et al., 2024; Shalhoob & Hussainey, 2022).

Os três eixos que compõem o ESG representam dimensões complementares da sustentabilidade. O eixo ambiental (E), amplamente debatido, envolve critérios relacionados à mitigação de emissões de carbono, uso de recursos naturais, gestão de resíduos, conservação da biodiversidade e eficiência energética (Hassan & Meyer, 2022; Shalhoob & Hussainey, 2022; World Economic Forum, 2020). O eixo social (S) refere-se a aspectos como diversidade, relações de trabalho, respeito aos valores culturais e interação com comunidades e fornecedores (Singal, 2014; Stepanova et al., 2023). Já o eixo de governança (G) envolve práticas relacionadas à transparência, ética institucional, controles internos e mecanismos de prestação de contas (Huang et al., 2023; Koh, 2024; Shalhoob & Hussainey, 2022).

Na agenda internacional, os critérios ESG têm sido incorporados por governos e organizações como estratégia para fortalecer a governança pública e contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Hassan & Meyer, 2022; Koh, 2024; Plastun et al., 2023). Entretanto, a implementação dessas práticas depende da estrutura institucional e do grau de participação de diferentes atores sociais nos processos de governança (Kuzey et al., 2023; Leal Filho et al., 2016).

No campo do turismo, as pesquisas sobre ESG ainda são consideradas incipientes, concentrando-se majoritariamente em setores com infraestrutura física consolidada, como hotéis, restaurantes, cassinos e agências de viagens (Manzino et al., 2024). Nesse sentido, torna-se relevante ampliar o escopo dessas investigações para outros contextos turísticos, como as áreas naturais protegidas.

As áreas naturais protegidas são reconhecidas como instrumentos fundamentais para a conservação da biodiversidade e a manutenção de serviços ecossistêmicos (Souza et al., 2019; Zhang et al., 2023). De acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza, essas áreas correspondem a espaços geográficos claramente definidos e geridos por meios legais ou outros instrumentos eficazes com o objetivo de garantir a conservação da natureza e dos valores culturais associados (Borrini-Feyerabend et al., 2017). Atualmente, existem mais de 300 mil áreas protegidas no mundo, distribuídas em diferentes categorias de gestão e conservação (UNEP-WCMC, 2025).

No Brasil, essas áreas são institucionalizadas por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criado pela Lei 9.985/2000, que estabelece diretrizes para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (Brasil, 2000). Entre as categorias existentes, destacam-se os Parques Nacionais (PARNA), cuja finalidade é conservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, permitindo simultaneamente atividades de educação ambiental, recreação e ecoturismo (Bensusan, 2006; Brasil, 2000).

A gestão dessas áreas tem evoluído ao longo das últimas décadas, passando de modelos mais restritivos de conservação para abordagens que reconhecem o uso público e a participação social como elementos importantes para a proteção da biodiversidade (Irving & Matos, 2006; Maretti et al., 2012). Nesse contexto, o ecoturismo se apresenta como uma estratégia capaz de conciliar conservação ambiental, desenvolvimento econômico e inclusão social, desde que planejado e monitorado de forma adequada (Leal Filho et al., 2016; Maretti et al., 2012; Pahrudin, Liu, & Li, 2022).

O ecoturismo é definido como uma modalidade de turismo responsável em áreas naturais que promove a conservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais (TIES, 2015). Em unidades de conservação, essa atividade depende diretamente da integridade dos ecossistemas e da adoção de práticas de gestão que garantam o equilíbrio entre visitação e conservação.

Nesse cenário, a aplicação dos critérios ESG na gestão de áreas protegidas surge como uma abordagem promissora para fortalecer práticas de planejamento, monitoramento e avaliação da sustentabilidade. Estudos recentes indicam que a adoção desses critérios pode contribuir para aumentar a transparência institucional, melhorar a governança e ampliar a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento regional (Hassan & Meyer, 2022; Khalil et al., 2024; Koh, 2024). Além disso, experiências internacionais, como nos Estados Unidos e na Austrália, demonstram o uso do ESG como instrumento de apoio ao planejamento estratégico de áreas protegidas (Discovery Parks, 2023; National Park Service, 2024).

Dessa forma, analisar a relação entre práticas ESG e ecoturismo na gestão dos Parques Nacionais brasileiros torna-se relevante para compreender como esses critérios podem contribuir para o fortalecimento da sustentabilidade na gestão das unidades de conservação e na promoção do uso público responsável.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi conduzida com base no método científico, adotando uma abordagem sistemática orientada por um problema de pesquisa claramente definido, objetivos específicos, fundamentação teórica consistente e rigor ético e metodológico. Segundo Gil (2002), tal abordagem visa à produção de conhecimento confiável, válido e verificável.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, por buscar compreender um fenômeno e propor soluções práticas a um problema concreto, contribuindo para o aprimoramento da gestão dos PARNA brasileiros. A abordagem adotada foi quantitativa, pela capacidade de transformar dados numéricos em informações objetivas e concretas, permitindo a mensuração e generalização dos resultados (Lamattina et al., 2024).

Com o objetivo de responder à pergunta “como as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) se correlacionam ao ecoturismo na gestão de Parques Nacionais brasileiros?”, empregou-se o procedimento *survey*, que busca compreender “o que está acontecendo” em determinada realidade (Freitas et al., 2000). O instrumento de coleta consistiu em um questionário estruturado, aplicado em formato digital, caracterizando a pesquisa como um *survey*.

O questionário foi elaborado com base em constructos da literatura científica e técnica, incluindo as diretrizes da ABNT PR 2030-1:2024, as métricas do Fórum Econômico Mundial (2020) e os critérios ESG do S&P Global (2023). As questões, em sua maioria fechadas, utilizaram escala tipo Likert de cinco pontos, variando de (1) Discordo totalmente a (5) Concordo totalmente, permitindo mensurar o grau de concordância dos gestores em relação às práticas ESG em suas respectivas unidades.

Após validação do instrumento, o projeto foi registrado e autorizado pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO/ICMBio). O questionário foi enviado individualmente por *email* aos 75 gestores, buscando alcançar a totalidade da população-alvo. Ao todo, foram obtidas 23 respostas válidas (30,6%). Embora essa taxa de retorno constitua uma limitação do estudo, ela pode estar relacionada, entre outros fatores, à desatualização de parte dos contatos institucionais dos parques e de seus gestores, alguns sem atualização há mais de dois anos. Para ampliar a participação dos gestores, foram realizadas buscas por contatos atualizados nos sites eletrônicos institucionais e, posteriormente, contato telefônico individual com cada Parque Nacional, reforçando a importância da pesquisa e convidando os gestores a responderem ao questionário.

Além disso, embora o instrumento tenha sido estruturado para identificar a existência de práticas e não avaliar o desempenho da gestão, os dados refletem a percepção dos próprios gestores, podendo representar uma perspectiva institucional sobre as práticas adotadas nos Parques Nacionais. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem essa abordagem por meio da triangulação com outros atores envolvidos na gestão e no uso público dessas unidades.

A análise dos dados foi conduzida no *software* MAXQDA Analytics Pro, que possibilitou o processamento e a interpretação integrada das informações quantitativas. Adotou-se a correlação de Spearman para examinar relações bivariadas entre as variáveis, considerando a força dos coeficientes conforme os critérios de Dancey & Reidy (2006) — quanto mais próximo de ± 1 , mais forte o relacionamento.

Na visualização e interpretação dos resultados, as correlações estatisticamente significativas foram representadas graficamente conforme o padrão de saída do MAXQDA (2022): significativas ($p \leq 0,05$) em cinza, muito significativas ($p \leq 0,01$) em verde claro e altamente significativas ($p \leq 0,001$) em verde escuro. Os dados destacados com asterisco (*) não apresentaram nenhuma correlação.

Neste artigo são apresentadas apenas as correlações muito significativas ($p \leq 0,01$) e altamente significativas ($p \leq 0,001$), por refletirem as associações mais consistentes e relevantes para a discussão dos resultados. As demais correlações estão descritas e discutidas na dissertação completa da autora (Manzino, 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados a seguir correspondem à análise estatística das correlações de Spearman entre as variáveis ambiental, social, de governança e de ecoturismo na gestão dos Parques Nacionais, a partir das respostas fornecidas pelos gestores. Apesar do ESG não ser um termo utilizado pelo ICMBio na gestão de suas UC, todos os gestores conseguiram apontar a concordância em todas as 37 frases, divididas em ecoturismo e nos três eixos ESG. A coleta de dados resultou em 23 respostas válidas entre os 75 Parques Nacionais oficialmente reconhecidos, o que representa uma taxa de retorno de 30,6%.

De modo geral, as análises revelam que os três eixos do ESG mantêm relações positivas com as práticas de ecoturismo, evidenciando que a gestão ambientalmente responsável tende a se articular com práticas sociais inclusivas e estruturas de governança fortalecidas. Essa convergência sugere que o ecoturismo, quando planejado de forma integrada, atua como vetor de sustentabilidade institucional e territorial, reforçando o papel estratégico dos PARNA no contexto brasileiro.

Correlação entre o Ecoturismo e o Eixo Ambiental do ESG

As correlações entre o eixo ambiental e o ecoturismo indicam uma forte associação entre a adoção de práticas de conservação e o fortalecimento das atividades de uso público (Tabela 1). Observa-se que as variáveis com maior significância estatística ($p \leq 0,01$ e $p \leq 0,001$) revelam interações diretas entre a gestão ambiental dos parques e a condução das práticas de ecoturismo.

Tabela 1 - Correlação entre as afirmações de ecoturismo e o eixo ambiental

Destaque por valores p								
Ambiental X Ecoturismo		Ecoturismo X Eixo Ambiental						
		Equilíbrio entre visitação e conservação	Educação Ambiental	Limites de capacidade de visitação	Normas para prestadores de serviços	Práticas p/ minimizar os impactos ambientais	Contribui p/ o desenvolvimento regional	Qualificação no setor de turismo
ESG- Ambiental	Proteção da biodiversidade	0,261 (p=0,1150)	0,264 (p=0,1118)	0,076* (p=0,3649)	0,584 (p=0,0017)	0,457 (p=0,0141)	0,125 (p=0,2846)	0,061* (p=0,3918)
	Uso da água	0,217 (p=0,1598)	0,149 (p=0,2487)	0,525 (p=0,0051)	0,337 (p=0,0577)	0,486 (p=0,0094)	0,223 (p=0,1528)	0,120 (p=0,2920)
	Gerenciamento de resíduos	0,059* (p=0,3951)	0,248 (p=0,1273)	0,486 (p=0,0094)	0,400 (p=0,0293)	0,451 (p=0,0155)	0,409 (p=0,0265)	0,303 (p=0,0796)
	Promoção de reciclados e tecnologias limpas	0,079* (p=0,3597)	0,372 (p=0,0404)	0,512 (p=0,0063)	0,385 (p=0,0349)	0,540 (p=0,0039)	0,236 (p=0,1393)	0,343 (p=0,0547)

Fonte: elaboração própria (2025).

A correlação entre as normas para prestação de serviços e a proteção da biodiversidade é forte e altamente significativa ($p = 0,0017$). Isso evidencia que, quanto mais os prestadores de serviços recebem orientações sobre as normas do parque, mais contribuem para as ações de proteção da biodiversidade. A padronização de condutas e a disseminação de boas práticas entre os atores turísticos reforçam o papel educativo e conservacionista (Souza et al., 2019; Zhang et al., 2023).

Entre os limites de capacidade de visitação e o uso da água, observa-se também uma correlação forte e altamente significativa ($p = 0,0051$), demonstrando que o planejamento do uso público influencia diretamente o consumo consciente dos recursos hídricos (ABNT, 2024; World Economic Forum, 2020). Quando a visitação é controlada de acordo com a capacidade de suporte, tende-se a manter o equilíbrio entre conservação e operação turística, prevenindo a sobrecarga das estruturas e o uso excessivo de água. Além disso, verifica-se correlação moderada e muito significativa ($p = 0,0094$) entre as práticas para minimizar os impactos ambientais e o uso da água, sugerindo que medidas de redução de impactos, como manejo adequado de efluentes e uso racional de insumos, estão integradas à política de gestão hídrica dos parques.

No que diz respeito à correlação entre os limites de capacidade de visitação e o gerenciamento de resíduos, observa-se uma relação de força moderada e muito significativa estatisticamente ($p = 0,0094$). Esse resultado demonstra que o volume de visitantes e a conduta adotada durante a visita interferem diretamente na eficiência do manejo dos resíduos sólidos. Assim, quanto mais os visitantes seguem as orientações de descarte correto, maior é a capacidade do parque de manter um gerenciamento eficaz e sustentável dos resíduos.

Em relação à promoção de reciclados e tecnologias limpas, há correlação forte e altamente significativa com os limites de capacidade de visitação ($p = 0,0063$) e com as práticas para minimizar os impactos ambientais ($p = 0,0039$). Esses resultados indicam que a adoção de tecnologias sustentáveis e materiais reciclados depende da observância dos limites de uso dos espaços, uma vez que a superlotação tende a comprometer a eficiência dessas práticas. Assim, o controle da visitação é condição essencial para garantir a manutenção de padrões ambientais compatíveis com o ecoturismo (Bensusan, 2006).

De modo geral, as correlações observadas reforçam que a gestão ambiental eficaz — especialmente no que se refere ao uso racional de recursos, à adoção de tecnologias limpas e à normatização das atividades turísticas — é determinante para o fortalecimento do ecoturismo nos Parques Nacionais. A interação entre conservação e uso público mostra-se mutuamente dependente, quando orientada por práticas baseadas em evidências e alinhadas aos princípios do ESG (Dudley, 2008; Maretti et al., 2012).

Correlação entre o Ecoturismo e o Eixo Social do ESG

As práticas voltadas à capacitação, geração de renda, voluntariado e educação mostraram correlação com a gestão e o uso público dos Parques Nacionais (Tabela 2). Essas relações permitem compreender de que forma o eixo social do ESG contribui para o fortalecimento do ecoturismo, especialmente quando envolve ações participativas e de desenvolvimento local.

Tabela 2 - Correlação entre ecoturismo e o eixo Social do ESG

Governança X Ecoturismo		Ecoturismo						
		Equilíbrio entre visitação e conservação	Educação Ambiental	Limites de capacidade de visitação	Normas para prestadores de serviços	Práticas p/ minimizar os impactos ambientais	Contribui p/ o desenvolvimento regional	Qualificação no setor de turismo
ESG-Governança	Canais de comunicação ativos	0,260 ($p=0,1158$)	0,133 ($p=0,2725$)	0,179 ($p=0,2074$)	0,605 ($p=0,0011$)	0,511 ($p=0,0064$)	0,417 ($p=0,0240$)	0,417 ($p=0,0237$)
	Divulgação acessível de ações e resultados	0,217 ($p=0,1596$)	0,481 ($p=0,0100$)	0,359 ($p=0,0462$)	0,438 ($p=0,0183$)	0,525 ($p=0,0051$)	0,464 ($p=0,0128$)	0,319 ($p=0,0690$)
	Conselho contribui para a transparência	0,241 ($p=0,1336$)	0,183 ($p=0,2022$)	0,037* ($p=0,4330$)	0,573 ($p=0,0021$)	0,571 ($p=0,0022$)	0,499 ($p=0,0076$)	0,460 ($p=0,0136$)
	Mecanismos de avaliação do Conselho	0,037* ($p=0,4334$)	-0,102 ($p=0,3218$)	-0,169 ($p=0,2201$)	0,649 ($p=0,0004$)	0,621 ($p=0,0008$)	0,597 ($p=0,0013$)	-0,150 ($p=0,2468$)
	Plano de manejo revisado	-0,058* ($p=0,3955$)	0,056 ($p=0,3998$)	0,008* ($p=0,4851$)	0,563 ($p=0,0026$)	0,412 ($p=0,0255$)	0,288 ($p=0,0916$)	0,102 ($p=0,3219$)
	Atividades conduzidas conforme o plano de manejo e/ou visitação	0,548 ($p=0,0034$)	0,243 ($p=0,1315$)	-0,006* ($p=0,4892$)	0,404 ($p=0,0279$)	0,451 ($p=0,0155$)	0,257 ($p=0,1182$)	0,236 ($p=0,1388$)
	Auditorias regulares	0,043* ($p=0,4233$)	0,378 ($p=0,0376$)	0,641 ($p=0,0005$)	0,113 ($p=0,3045$)	0,233 ($p=0,1426$)	0,190 ($p=0,1932$)	0,172 ($p=0,2158$)
	Gestão de visitação organizada	0,538 ($p=0,0041$)	0,259 ($p=0,1161$)	0,162 ($p=0,2297$)	0,364 ($p=0,0440$)	0,282 ($p=0,0962$)	0,244 ($p=0,1310$)	0,333 ($p=0,0600$)

Fonte: elaboração própria (2025).

No que se refere aos treinamentos regulares e à qualificação no setor de turismo, observa-se uma correlação forte e muito significativa estatisticamente ($p = 0,0013$). Esse resultado reforça que o investimento em capacitação contínua dos colaboradores internos contribui, de forma indireta, para o fortalecimento do setor de turismo como um todo (Irving & Matos, 2006; Souza et al., 2019). À medida que os funcionários do Parque se tornam mais qualificados, podem atuar como multiplicadores de conhecimento, promovendo orientações aos prestadores de serviços turísticos e ampliando as oportunidades de formação profissional — como ocorre, por exemplo, em cursos de condução de visitantes ou de boas práticas ambientais.

A geração de empregos e renda apresentou correlação forte e altamente significativa com as normas para prestadores de serviços ($p = 0,0001$), sugerindo que, conforme o Parque contribui para a geração de oportunidades econômicas locais, também fortalece o cumprimento das normas e boas práticas exigidas para operação dos serviços turísticos (Pahrudin, Liu, & Li, 2022). Essas práticas reforçam o sentimento de pertencimento dos prestadores de serviço em relação ao Parque, incentivando sua preservação. Observou-se, ainda, uma correlação moderada e estatisticamente significativa entre a geração de empregos e renda e as práticas para minimizar os impactos ambientais ($p = 0,0229$), indicando que o desenvolvimento econômico local pode caminhar junto à adoção de práticas sustentáveis (Marretti et al., 2012).

As ações de voluntariado apresentaram uma correlação forte e muito significativa com a qualificação no setor de turismo ($p = 0,0022$). Essa associação pode estar relacionada ao “Programa de Voluntariado do ICMBio”, que estimula a troca de experiências entre profissionais e voluntários, favorecendo a formação prática e o aprendizado técnico em campo. Tais iniciativas contribuem para o aprimoramento das atividades de turismo, o engajamento social e o fortalecimento do capital humano vinculado às unidades de conservação (Huang et al., 2023; Singal, 2014).

Por fim, a correlação entre programas educativos e educação ambiental foi forte e muito significativa ($p = 0,0040$), demonstrando coerência entre os esforços voltados à formação de visitantes e comunidades locais e as ações de sensibilização ambiental promovidas pelas UC (Rodrigues & Abrucio, 2019). Essa relação reforça o papel do ecoturismo como instrumento educativo e de fortalecimento da dimensão social do ESG, uma vez que assegura a qualidade da experiência dos visitantes ao mesmo tempo que garante a preservação ambiental (Cruz, Rodrigues, & Lemos, 2023; TIES, 2015).

Em síntese, as correlações observadas entre o ecoturismo e o eixo social do ESG evidenciam que as práticas de capacitação, geração de renda, voluntariado e educação estão diretamente associadas ao fortalecimento da gestão participativa e ao desenvolvimento local nas UC (Hasana, Swain, & George 2022). A presença de relações fortes e significativas demonstra que o investimento em pessoas – sejam servidores, prestadores de serviço, voluntários ou comunidades – constitui um fator determinante para a consolidação de um ecoturismo socialmente responsável e alinhado aos princípios da sustentabilidade. Esses resultados reforçam que o componente social do ESG amplia a efetividade das ações ecoturísticas, ao integrar o bem-estar humano à conservação ambiental e ao uso público nos PARNA (Singal, 2014; Stepanova et al., 2023; TIES, 2015).

Correlação entre o Ecoturismo e o Eixo de Governança do ESG

As correlações entre as variáveis de ecoturismo e o eixo de governança do ESG (Tabela 3) evidenciam que práticas como comunicação, funcionamento dos conselhos gestores, implementação de planos de manejo, auditorias e gestão organizada da visitação influenciam diretamente a qualidade da gestão e do uso público dos PARNA. Essas relações demonstram que o componente de governança do ESG contribui para o fortalecimento do ecoturismo, sobretudo quando pautado pela transparência, pelo monitoramento contínuo e pelo planejamento participativo.

Tabela 3 - Correlação entre ecoturismo e o eixo de Governança do ESG

Destaque por valores p								
Governança X Ecoturismo Equilíbrio entre visitação e conservação		Ecoturismo						
		Equilíbrio entre visitação e conservação	Educação Ambiental	Limites de capacidade de visitação	Normas para prestadores de serviços	Práticas p/ minimizar os impactos ambientais	Contribui p/ o desenvolvimento regional	Qualificação no setor de turismo
ESG- Governança	Canais de comunicação ativos	0,260 ($p=0,1158$)	0,133 ($p=0,2725$)	0,179 ($p=0,2074$)	0,605 ($p=0,0011$)	0,511 ($p=0,0064$)	0,417 ($p=0,0240$)	0,417 ($p=0,0237$)
	Divulgação acessível de ações e resultados	0,217 ($p=0,1596$)	0,481 ($p=0,0100$)	0,359 ($p=0,0462$)	0,438 ($p=0,0183$)	0,525 ($p=0,0051$)	0,464 ($p=0,0128$)	0,319 ($p=0,0690$)
	Conselho contribui para a transparência	0,241 ($p=0,1336$)	0,183 ($p=0,2022$)	0,037* ($p=0,4330$)	0,573 ($p=0,0021$)	0,571 ($p=0,0022$)	0,499 ($p=0,0076$)	0,460 ($p=0,0136$)
	Mecanismos de avaliação do Conselho	0,037* ($p=0,4334$)	-0,102 ($p=0,3218$)	-0,169 ($p=0,2201$)	0,649 ($p=0,0004$)	0,621 ($p=0,0008$)	0,597 ($p=0,0013$)	-0,150 ($p=0,2468$)
	Plano de manejo revisado	-0,058* ($p=0,3955$)	0,056 ($p=0,3998$)	0,008* ($p=0,4851$)	0,563 ($p=0,0026$)	0,412 ($p=0,0255$)	0,288 ($p=0,0916$)	0,102 ($p=0,3219$)
	Atividades conduzidas conforme o plano de manejo e/ou visitação	0,548 ($p=0,0034$)	0,243 ($p=0,1315$)	-0,006* ($p=0,4892$)	0,404 ($p=0,0279$)	0,451 ($p=0,0155$)	0,257 ($p=0,1182$)	0,236 ($p=0,1388$)
	Auditorias regulares	0,043* ($p=0,4233$)	0,378 ($p=0,0376$)	0,641 ($p=0,0005$)	0,113 ($p=0,3045$)	0,233 ($p=0,1426$)	0,190 ($p=0,1932$)	0,172 ($p=0,2158$)
	Gestão de visitação organizada	0,538 ($p=0,0041$)	0,259 ($p=0,1161$)	0,162 ($p=0,2297$)	0,364 ($p=0,0440$)	0,282 ($p=0,0962$)	0,244 ($p=0,1310$)	0,333 ($p=0,0600$)

Fonte: elaboração própria (2025).

A correlação entre canais de comunicação ativos e normas para prestadores de serviços ($p = 0,0011$) e práticas para minimizar os impactos ambientais ($p = 0,0064$) apresentou-se forte e muito significativa estatisticamente. Isso indica que, quando o parque mantém canais de comunicação ativos com visitantes e comunidade local, os prestadores de serviços recebem orientações claras sobre normas e adotam medidas para reduzir impactos ambientais (Buallay, 2022; Shalhoob & Hussainey, 2022; Rodrigues & Abrucio, 2019).

A divulgação acessível de ações e resultados apresentou correlação forte e significativa com as práticas para minimizar os impactos ambientais ($p = 0,0051$). Assim, a comunicação regular e acessível orienta visitantes, moradores e prestadores de serviços sobre normas e limites de carga, promovendo corresponsabilidade e mitigando impactos ambientais (Pahrudin, Liu & Li, 2022; Bazanini et al., 2020).

A presença ativa em um site ou mídias sociais na atualidade, é essencial para que as pessoas tenham acesso às informações referentes a UC, seja dos dias abertos à visitação, dos serviços disponíveis ou ainda, de publicações que ocorrem em dias temáticos ou sobre determinado tema. A comunicação acessível e regular contribui para orientar visitantes, moradores e prestadores de serviços sobre as normas de visitação e os limites de capacidade de carga, promovendo uma abordagem educativa em vez de meramente punitiva. Isso pode auxiliar na sensibilização do público e ajudar a minimizar os impactos ambientais

O item Conselho contribui para a transparência apresentou correlação forte com normas para prestadores de serviços ($p = 0,0021$), práticas para minimizar impactos ambientais ($p = 0,0022$) e contribuição para o desenvolvimento regional ($p = 0,0076$), sendo todas estatisticamente muito significativas (ICMBio, 2025; ICMBio, 2014; Irving & Matos, 2006).

A representatividade e funcionalidade dos conselhos são centrais nessa relação e podem ser analisadas pela composição do colegiado, periodicidade das reuniões e existência de metas e instrumentos de acompanhamento, isso porque a participação de atores não estatais fortalece a governança e a tomada de decisões (Leal Filho et al., 2016). Nesse sentido, a atuação efetiva dos conselhos contribui diretamente para o estabelecimento de normas e práticas sustentáveis, transformando deliberações em resultados concretos e fortalecendo o desenvolvimento regional.

Os mecanismos de avaliação do conselho mostraram correlação forte com normas para prestadores de serviços ($p = 0,0004$), práticas para minimizar impactos ambientais ($p = 0,0008$) e contribuição para o desenvolvimento regional ($p = 0,0013$). A representatividade e funcionalidade dos conselhos são centrais nessa relação e podem ser analisadas pela composição do colegiado, periodicidade das reuniões e existência de metas e instrumentos de acompanhamento.

A atuação efetiva dos conselhos contribui diretamente para o estabelecimento de normas voltadas à prestação de serviços turísticos e ambientais, mas seus resultados dependem da forma como são comunicadas, aplicadas e monitoradas (Kuzey et al. (2023). Mecanismos de avaliação contínua permitem transformar deliberações em resultados concretos, tornando o conselho um agente ativo na promoção da sustentabilidade. Quanto mais conservado o parque, maiores as chances de visitação e, conseqüentemente, de desenvolvimento regional, reforçando a importância da governança na integração entre conservação e uso público (Shalhoob & Hussainey, 2022).

A revisão periódica do plano de manejo apresentou correlação forte com normas para prestadores de serviços ($p = 0,0026$) e práticas para minimizar impactos ambientais ($p = 0,0255$), indicando que planos atualizados orientam diretamente a conduta dos prestadores e contribuem para a sustentabilidade ambiental.

As atividades conduzidas conforme o plano de manejo e/ou visitação mostraram correlação forte com equilíbrio entre visitação e conservação ($p = 0,0034$), normas para prestadores de serviços ($p = 0,0279$) e práticas para minimizar impactos ambientais ($p = 0,0155$), reforçando que o cumprimento das normas e diretrizes técnicas impacta diretamente na conservação dos atributos naturais e na experiência do visitante. Nesse sentido, o monitoramento dessas atividades se faz necessário, garantindo que estejam sendo conduzidas conforme o plano de manejo (Pahrudin, Liu, & Li, 2022; Rodrigues, 2009).

As auditorias regulares apresentaram correlação forte com os limites de capacidade de visitação ($p = 0,0005$), evidenciando que o monitoramento contínuo reforça o cumprimento de normas e o planejamento da visitação. Auditorias frequentes reforçam o compromisso da gestão com a proteção ambiental, conferindo maior confiabilidade aos dados sobre a visitação do turismo, uso de infraestruturas e impactos sobre a biodiversidade. Como destacam Khalil et al. (2024) e ABNT (2024), a governança responsável requer mecanismos de acompanhamento e avaliação contínua.

Por fim, a gestão da visitação organizada correlacionou-se fortemente com o equilíbrio entre visitação e conservação ($p = 0,0041$), demonstrando que uma administração estruturada das atividades do parque contribui para a qualidade da experiência dos visitantes e para a proteção ambiental.

Quanto mais estruturada e organizada a gestão, com clareza de funções, fluxos operacionais definidos, equipes capacitadas e instrumentos atualizados, maiores são as chances de manter um equilíbrio entre a conservação e das experiências positivas com os visitantes (Ministério do Meio Ambiente, 2024; Jiménez-Pérez, 2019; Bensusan, 2006). Isso permite que

as ações de visitação sejam planejadas com critérios técnicos, considerando os limites de carga, a segurança dos visitantes e a proteção dos ecossistemas.

A boa experiência do visitante não depende apenas da beleza cênica do lugar, mas da forma como o parque administra acessos, comunica normas, disponibiliza infraestrutura mínima e promove a corresponsabilidade na conservação (Koh, 2024; Rodrigues; Abrucio, 2019). Assim, essa correlação reforça que uma gestão estruturada melhora a performance administrativa e qualifica a relação entre sociedade e natureza, um dos fundamentos centrais do ecoturismo e da sustentabilidade no contexto das áreas protegidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do ecoturismo como eixo central das análises de correlação mostrou-se pertinente para propor práticas alinhadas à realidade dos PARNA e para relacioná-las ao ESG. Os resultados confirmaram essa adequação, pois as práticas de ecoturismo apresentaram correlações relevantes com os três eixos do ESG, em maior ou menor intensidade.

De forma geral, verificou-se que a adoção de práticas de ecoturismo se articula positivamente com ações de conservação, inclusão socioeconômica e fortalecimento institucional. Esse resultado evidencia que o ecoturismo planejado pode atuar como vetor de sustentabilidade territorial e institucional, reforçando o papel estratégico dos PARNA na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento local.

Os resultados também reforçam o potencial de adoção de instrumentos inspirados em experiências internacionais, como indicadores ESG e relatórios periódicos de sustentabilidade para áreas protegidas. Tais iniciativas podem ampliar a transparência, subsidiar o monitoramento da gestão e favorecer a tomada de decisão baseada em evidências, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão dos Parques Nacionais brasileiros.

Ao incorporar a abordagem ESG ao contexto do uso público, esta pesquisa oferece contribuições práticas à gestão, ao incentivar gestores e equipes técnicas a refletirem sobre processos de planejamento, governança e monitoramento das iniciativas. O instrumento desenvolvido poderá subsidiar o ICMBio na criação de uma ferramenta de diagnóstico capaz de avaliar o nível de adoção de práticas ambientais, sociais e de governança nos Parques Nacionais, permitindo identificar potencialidades, prioridades de melhoria e acompanhar a evolução da gestão ao longo do tempo. Dessa forma, os resultados também podem subsidiar a formulação de políticas públicas e a construção de indicadores alinhados aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em prol da sustentabilidade.

Como recomendações para pesquisas futuras, destaca-se a importância de: (i) testar e aperfeiçoar o instrumento de pesquisa em outras categorias de unidades de conservação; (ii) mensurar o desempenho ESG ao longo do tempo, permitindo ao ICMBio e parceiros estabelecer indicadores, metas e ações de melhoria contínua; e (iii) testar o instrumento de pesquisa junto a outros atores, para além dos gestores, visando a comparar as percepções.

Assim, o estudo contribui para o avanço técnico e científico das interfaces entre ESG, ecoturismo e gestão de áreas naturais protegidas, ampliando o debate sobre a aplicação dessa abordagem na gestão do uso público dos Parques Nacionais brasileiros e estimulando novas pesquisas e práticas voltadas ao fortalecimento da sustentabilidade nas unidades de conservação.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa é resultado da Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria apresentada ao Colegiado do PPGTH da Universidade do Vale do Itajaí, em que foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

- ABNT. (2024). Prática recomendada ABNT PR 2030-1: Ambiental, social e governança (ESG): Parte 1 – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações. Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- Albitar, K., Nasrallah, N., Hussainey, K., & Wang, Y. (2024). Eco-innovation and corporate waste management: The moderating role of ESG performance. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 63(2), 781-805. <https://doi.org/10.1007/s11156-024-01281-5>
- Bazanini, R., Adra, R. D., Rubeo, R. E., Lanix, T. F. C., & Barbosa, C. P. (2020). A teoria dos stakeholders nas diferentes perspectivas: Controvérsias, conveniências e críticas. *Revista Pensamento e Realidade*, 35(2), 43-58.

- Bensusan, N. (2006). *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Editora FGV.
- Boff, L. (2015). *Sustentabilidade: O que é – o que não é* (4th ed.). Vozes.
- Brasil. (2000). Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm
- Buallay, A. (2022). Sustainability reporting and retail sector performance: Worldwide evidence. *The International Review of Retail, Distribution and Consumer Research*, 32(3), 311-330.
- Cruz, H. S., Rodrigues, C. G. O., & Lemos, C. C. (2023). Aprendizados e desafios da concessão de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 16(3).
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia: Usando SPSS para Windows* (3rd ed.). Artmed.
- Discovery Parks. (2023). The Discovery Way: Environmental, social and governance (ESG) 2023 year in review. <https://www.discoveryholidayparks.com.au/getmedia/9cd47231-a5dd-4d5c-a969-e7e88e954000/discovery-parks-2023-year-in-review-esg-report.pdf>
- Dudley, N. (Ed.). (2008). *Guidelines for applying protected area management categories*. IUCN.
- Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A. Z., & Moscarola, J. (2000). O método da pesquisa survey. *Revista de Administração*, 35, 105-112.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4th ed.). Atlas.
- Hassan, A. S., & Meyer, D. F. (2022). Does countries' environmental, social and governance (ESG) risk rating influence international tourism demand? A case of the Visegrád Four. *Journal of Tourism Futures*. <https://doi.org/10.1108/JTF-05-2021-0127>
- Hasana, U., Swain, S. K., & George, B. (2022). A bibliometric analysis of ecotourism: A safeguard strategy in protected areas.
- Huang, C. C., Li, S. P., Chan, Y. K., Hsieh, M. Y., & Lai, J. C. M. (2023). Empirical research on the sustainable development of ecotourism with environmental education concepts. <https://doi.org/10.3390/su151310307>
- ICMBio. (2014). *Conselhos gestores de unidades de conservação federais: Guia para gestores e conselheiros*. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/guiaconselhos2014.pdf>
- ICMBio. (2025). *Conselho gestor das unidades de conservação federais*. <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/conselho-gestor-das-unidades-de-conservacao-federais>
- Jiménez-Pérez, I. (2019). *Produção de natureza: Parques, rewilding e desenvolvimento local*. SPVS.
- Khalil, M. A., Khalil, S., & Sinliamthong, P. (2024). From ratings to resilience: The role and implications of environmental, social, and governance (ESG) performance in corporate solvency. *Sustainable Futures*, 8, 100304. <https://doi.org/10.1016/j.sfr.2024.100304>
- Koh, Y. (2024). The industry – academia gap on corporate governance issues in tourism and hospitality: A critical review and future research suggestions. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 41(1), 3-19. <https://doi.org/10.1080/10548408.2023.2229364>
- Kuzey, C., Al Shaer, H., Karaman, A. S., & Uyar, A. (2023). Public governance, corporate governance and excessive ESG. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 23(7), 1748-1777. <https://doi.org/10.1108/CG-01-2023-0028>
- Lamattina, A. A., Peralta, M. C., Paulino, C. E., & Oliveira, D. S. (2024). Quantificando realidades técnicas de pesquisa quantitativa. Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13730270>
- Leal Filho, W., Platje, J., Gerstlberger, W., Ciegis, R., Kääriä, J., Klavins, M., & Kliučininkas, L. (2016). The role of governance in realising the transition towards sustainable societies. *Journal of Cleaner Production*, 113, 755-766. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.11.060>
- Manzino, A. R. M. (2025). *Práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) correlacionadas ao ecoturismo na gestão de parques nacionais brasileiros: um olhar sob a perspectiva dos gestores* (Dissertação de mestrado). Universidade do Vale do Itajaí. <https://biblioteca.univali.br/acer-vo/248353>
- Manzino, A. R. M., Anjos, S. J. G., Anjos, F. A., & Silva e Cunha, T. (2024). Práticas de ESG em ecoturismo: Uma análise bibliométrica. *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, 16(4). <https://doi.org/10.18226/21789061.v16i4p903>
- Maretti, C. C., Catapan, M. I. S., Abreu, M. J. P., & Oliveira, J. E. D. (2016). Áreas protegidas: Definições, tipos e conjuntos – reflexões conceituais e diretrizes para gestão. In: M. C. M. Brito et al. (Orgs.), *Gestão de áreas protegidas: Processos e práticas para o desenvolvimento territorial sustentável* (pp. 331–367). MMA.
- MAXQDA. (2022). MAXQDA 2022 manual. <https://www.maxqda.com/help-mx22-stats/correlation>
- Ministério do Meio Ambiente. (n.d.). *Plano de manejo*. <https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo.html>
- National Park Service. (2016). *Green Parks Plan: Advancing our mission through sustainable operations*. <https://npshistory.com/publications/climate-change/green-parks-plan-2016.pdf>
- Oliveira, L. R., Medeiros, R. M., Terra, P. B., & Quelhas, O. L. G. (2012). Sustentabilidade: Da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132011005000062>
- Pahrudin, P., Liu, L. W., & Li, S. Y. (2022). What is the role of tourism management and marketing toward sustainable tourism? A bibliometric analysis approach. <https://doi.org/10.3390/su14074226>
- Plastun, A., Makarenko, I., Huliaieva, L., Guzenko, T., & Shalyhina, I. (2023). ESG vs conventional indices: Comparing efficiency in the Ukrainian stock market. *Investment Management and Financial Innovations*, 20(2), 1-15. [https://doi.org/10.21511/imfi.20\(2\).2023.01](https://doi.org/10.21511/imfi.20(2).2023.01)
- Rodrigues, C. G. O. (2009). *A relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade*. Universidade de Brasília.

- Rodrigues, C. G. O., & Abrucio, F. L. (2019). Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13(3), 105-120.
- Rodríguez-López, N., Diéguez-Castrillón, M. I., & Gueimonde-Canto, A. (2019). Sustainability and tourism competitiveness in protected areas. *Sustainability*, 11(22), 6296. <https://doi.org/10.3390/su11226296>
- S&P Global. (n.d.). ESG scores: Rating company ESG performance. <https://www.spglobal.com/esg/solutions/esg-scores-data>
- Shalhoob, H., & Hussainey, K. (2022). Environmental, social and governance disclosure and SME sustainability performance. *Sustainability*, 15(1), 200. <https://doi.org/10.3390/su15010200>
- Singal, M. (2014). The link between firm financial performance and investment in sustainability initiatives. *Cornell Hospitality Quarterly*, 55(1), 19-30. <https://doi.org/10.1177/1938965513505700>
- Souza, T. V. S. B., Thapa, B., Rodrigues, C. G. O., & Imori, D. (2019). Economic impacts of tourism in protected areas of Brazil. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(6), 735-749.
- Stepanova, D., Nurgaliyeva, A., Bessonova, T., Chernova, O., Litvinov, A., & Aru, Y. (2023). The influence of active types of tourism on the development of territories and the achievement of ESG principles.
- The International Ecotourism Society. (2015). What is ecotourism? <https://ecotourism.org/what-is-ecotourism/>
- United Nations. (1987). Report of the World Commission on Environment and Development. <https://digitallibrary.un.org/record/139811>
- United Nations. (2004). Who cares wins: Connecting financial markets to a changing world. https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf
- World Economic Forum. (2020). Measuring stakeholder capitalism: Towards common metrics and consistent reporting of sustainable value creation. https://www3.weforum.org/docs/WEF_IBC_Measuring_Stakeholder_Capitalism_Report_2020.pdf
- Zhang, Y., Wang, Z., Shrestha, A., Zhou, X., Teng, M., Wang, P., & Wang, G. (2023). Exploring the main determinants of national park community management: evidence from bibliometric analysis.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Angelice Raquel Motter Manzino: Concepção da pesquisa, revisão de literatura, aplicação da pesquisa, análise dos dados, discussão dos resultados e considerações finais.

Sara Joana Gadotti dos Anjos: Concepção da pesquisa, orientações e revisão do documento.